



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

| | |
|---|---|
| Tribunal Superior do Trabalho | |
| PREGÃO ELETRÔNICO N.º 16/2006 (Regido pela Lei 10.520/2002, pelos Decretos 3.931/2001 e 5.450/2005, e subsidiariamente, pelas Leis 8.078/90, Lei 8.666/93, 9.784/99 e suas alterações) | |
| Setor: | SRLCA – Serviço de Licitações e Contratos |
| Tipo: | Menor Preço |
| Objeto: | Sistema de registro de preços para eventual fornecimento de solução de computação baseada em servidor |
| SESSÃO PÚBLICA | |
| Dia: | CONSULTAR O SÍTIO WWW.COMPRASNET.GOV.BR |
| Hora: | CONSULTAR O SÍTIO WWW.COMPRASNET.GOV.BR |
| Local: | COMPRASNET.GOV.BR |
| LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL | |
| Dia: | Segunda a sexta-feira |
| Hora: | Das 12h às 18h |
| Local: | SAFS, Quadra 8, Lote 1, Bloco A, 3º andar, Sala de Licitações |
| Este instrumento contém: <u>Edital com 24 páginas, Minuta da Ata de Registro de Preços com 1 página, Anexo I - Caderno de Especificações Técnicas com 3 páginas, Anexo II – Locais de Entrega com 1 página e Minuta de Contrato com 13 páginas</u> | |
| CUSTO DO EDITAL IMPRESSO R\$ 0,15(quinze centavos) por página) | |

ACOMPANHE ESTA LICITAÇÃO E SEUS ATOS NA INTERNET, NOS SÍTIOS
www.tst.gov.br e www.comprasnet.gov.br

OBSERVAÇÃO: O PREGOEIRO INFORMA QUE OS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO REFERENTES A ESTE PROCEDIMENTO DEVEM SER ENCAMINHADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO VIA INTERNET, PARA O ENDEREÇO CPL@TST.GOV.BR, CONFORME O ART. 19 DO DECRETO N.º 5.450/2005

RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET
RETIRE O EDITAL GRATUITAMENTE ACESSANDO OS SÍTIOS
www.tst.gov.br e www.comprasnet.gov.br



1. Objeto da Licitação

- 1.1. O objeto deste certame é o registro de preços para eventual fornecimento dos produtos abaixo relacionados, respeitando as características detalhadas, termos e condições que constam no caderno de especificações técnicas anexo, como também o disposto neste edital e na minuta de contrato que o integra.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | Quantidade para Registro | Pedido Inicial |
|--------------|--|-----------------------------|-------------------|
| 1 | SOLUÇÃO DE ACESSO REMOTO VIA TERMINAL GRÁFICO | 1200 | 600 |
| CATSER: 1279 | | | |
| 2 | LICENÇAS DE ACESSO PARA CLIENTE DO WINDOWS 2003 TERMINAL SERVER (TSCALS) | 1200 | 600 |
| CATSER: 1279 | | | |

OBSERVAÇÃO: A quantidade a ser considerada na proposta comercial pelas empresas licitantes será a total exigida para registro, ou seja, 1.200 para cada item.

2. Condições para Participação

- 2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, que estiverem previamente credenciados perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do sistema eletrônico, cuja comunicação se dá pela Internet.
- 2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha que poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.



- 2.1.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TST responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.1.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.
- 2.1.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.
- 2.2. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Tribunal Superior do Trabalho.

3. Credenciamento dos Representantes

- 3.1. O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF conforme disposto no § 2º, artigo 3º do Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005.
 - 3.1.1. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica, credenciar-se no SICAF, conforme disposto no inciso I, artigo 13 do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.
- 3.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4. Forma de Apresentação da Proposta

- 4.1. As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, obedecidos aos prazos estipulados neste instrumento de convocação, e consignar



apenas a **marca do produto ofertado e seu preço unitário**, expresso em reais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

- 4.2. No campo descrição complementar devem ser incluídas tão somente as seguintes informações relativas ao produto ofertado, sob pena de desclassificação:
 - 4.2.1. Prazo de fornecimento não superior a 30 (trinta) dias corridos, contado da assinatura do contrato.
 - 4.2.2. Prazo de garantia não inferior a 12 (doze) meses, contado do recebimento definitivo do objeto.
 - 4.2.3. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- 4.3. É de responsabilidade do Proponente o conhecimento das características do produto relacionado no objeto desta licitação.
- 4.4. Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta à indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.
- 4.5. Solicita-se sempre que possível a apresentação de folders, prospectos e outros materiais que facilitem a análise dos produtos ofertados.
- 4.6. É facultado ao Pregoeiro a solicitação de amostras referentes aos itens do objeto desta licitação, para verificação das características, devendo ser atendida no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data da intimação.
- 4.7. Solicita-se também que as empresas participantes informem se são optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES. A falta desta informação corresponderá à resposta negativa, o que não implica na desclassificação dos licitantes.
- 4.8. Serão desclassificadas aquelas propostas que:
 - a) Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;
 - b) Não atendam às exigências deste edital.



5. Critério de Aceitabilidade dos Preços

- 5.1. Os preços deverão ser cotados em reais, com não mais de duas casas decimais, sob pena de serem truncados e serão irreajustáveis.
- 5.2. Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexeqüíveis.
 - 5.2.1. O ônus da prova da exeqüibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da data da intimação.

6. Sessão Pública para Recebimento das Propostas e dos Documentos de Habilitação

- 6.1. A sessão pública desse pregão eletrônico, conduzida pelo pregoeiro designado, ocorrerá na data e hora indicados no preâmbulo e obedecerá ao rito estabelecido no Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005.
- 6.2. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preço e, quando for o caso, seus anexos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
 - 6.2.1. Como requisito para participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno cumprimento dos requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com às exigências do instrumento convocatório.
 - 6.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste instrumento convocatório.
 - 6.2.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
 - 6.3.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 6.3.2. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na Internet.



- 6.3.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.
- 6.5. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.5.1. No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 6.5.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.5.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.5.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 6.5.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.
- 6.5.7. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.5.8. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 6.5.9. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



- 6.5.10. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.5.11. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7. Julgamento das Propostas

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 7.2. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor.
- 7.3. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 7.4. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada divulgada no sistema eletrônico, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e será disponibilizada na Internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.
- 7.5. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.
- 7.6. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
- 7.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital e seus anexos.
- 7.8. O pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, poderá promover diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da intimação.



- 7.9. Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será afastado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.10. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.11. A empresa vencedora obriga-se, quando solicitado pelo pregoeiro, a encaminhar, no prazo de 1(uma) hora, por meio eletrônico, nova Planilha de Preços, com os valores respectivos readequados ao lance vencedor.
- 7.12. Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada até o prazo de 2(dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública.

8. Habilitação dos Licitantes

- 8.1. Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere a:
- a) habilitação jurídica;
 - b) regularidade fiscal;
 - c) qualificação econômica e financeira;
 - d) qualificação técnica;
 - e) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.2. A **habilitação jurídica** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 8.2.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 8.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;



- 8.2.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;
- 8.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.3. A **regularidade fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
 - 8.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
 - 8.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:
 - 8.3.3.1. certidão de quitação de tributos federais, neles abrangidas as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal;
 - 8.3.3.2. certidão quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional - Ministério da Fazenda.
 - 8.3.4. Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, quando for o caso, e que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:
 - 8.3.4.1. certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal;
 - 8.3.4.2. certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber.
 - 8.3.5. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, alínea "a", Lei n.º 8.036. de 11/05/90) através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.



- 8.3.5.1. Caso a empresa licitante não apresente o CRF, poderá o pregoeiro proceder à consulta na Base de dados da Caixa Econômica Federal, através da Internet, para verificação de sua regularidade.
- 8.3.6. Comprovação de que a empresa detém situação regular perante o INSS, na forma exigida pela Constituição Federal, em seu artigo 195, parágrafo 3º com a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos.
- 8.3.6.1. Caso a empresa licitante não apresente a CND, poderá o pregoeiro proceder a consulta a Base de dados da Previdência, através da Internet para verificação de sua regularidade, na forma da OS do INSS nº 207 de 8 de abril de 1999.
- 8.4. A **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 8.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 8.4.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se Índice de Liquidez Corrente (ILC) superior a **1 (um)**.
- 8.4.2.1. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um), no índice referido no item anterior, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido mínimo no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 8.4.2.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- a) publicados em Diário Oficial ou;
 - b) publicados em jornal de grande circulação ou;
 - c) registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou;



d) por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN n.º 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC de 01 de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento. Quando for apresentado o original do Diário, para cotejo pelo pregoeiro, fica dispensada a inclusão na documentação dos seus Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão.

8.4.2.3. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

8.5. A **qualificação técnica** será comprovada mediante:

8.5.1. Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto dessa licitação.

8.5.1.1. Comprova essa aptidão a apresentação de pelo menos um atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, indicando que a empresa forneceu solução compatível com o objeto deste edital.

8.5.2. Apresentar documento onde comprove ser revenda autorizada do fabricante do Software proposto;

8.5.3. Apresentar declaração de solidariedade do fabricante do Software proposto;

8.5.4. Comprovação de possuir em seu corpo técnico ao menos 2 (dois) profissionais com certificação oficial fornecida pelo fabricante do Software.

8.5.4.1. A comprovação deverá ser feita mediante apresentação de cópia autenticada dos certificados emitidos pelo fabricante;

8.6. O **cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal** será comprovado mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão-de-obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional.

8.7. Disposições gerais sobre habilitação:



- 8.7.1. Para confirmação da qualificação técnica das empresas o pregoeiro poderá, a seu critério e sem comunicação prévia, visitar as instalações da proponente, devendo na ocasião ser comprovadas as informações documentais.
- 8.7.2. Serão excluídas da licitação, em qualquer tempo, as empresas que não comprovarem as informações documentais por ocasião da visita que se lhes fizer às instalações.
- 8.7.3. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios.
- 8.7.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes a HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL, desde que estejam em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- 8.7.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados inclusive via fax, no prazo de 1(uma) hora contado da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.
- 8.7.6. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.7.7. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, poderá o pregoeiro, a seu juízo, considerar o proponente inabilitado.
- 8.7.8. Caso o licitante seja inabilitado por conta de irregularidade constatada quando da consulta no SICAF, e comprovar, exclusivamente mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço (Anexo III da IN MARE nº 05/95), ter entregue a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o pregoeiro suspenderá os trabalhos e comunicará o fato ao Órgão Gestor do SICAF.
- 8.7.9. A validade dos documentos será a expressa em cada qual, ou estabelecida em lei, admitindo-se como válidos, no caso de omissão, aqueles emitidos a menos de 90 (noventa) dias.



8.7.10. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

8.7.11. Documentos apresentados com a validade expirada, não sendo a falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.

9. Instruções e Normas para Impugnação do Edital e Interposição de Recursos

- 9.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.
- 9.1.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24(vinte e quatro) horas.
- 9.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 9.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3(três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço indicado no edital.
- 9.3. A formulação da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.
- 9.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 9.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 9.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



- 9.7. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.8. Se não reconsiderar sua decisão o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.
- 9.9. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Serviço de Licitações e Contratos do TST, sito no SAFS, Quadra 8, Lote 1, Bloco A, 3º andar, Sala de Licitações.

10. Prazos e Condições para Assinatura do Contrato

- 10.1. Após homologado o resultado desta licitação, o TST convocará o proponente vencedor para a assinatura da Ata de Registro de Preços e do instrumento contratual, quando será exigida a comprovação das condições de habilitação consignados no edital.
- 10.2. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, havendo necessidade de adquirir o objeto, o TST convocará a empresa cujo preço foi registrado para assinatura do instrumento contratual correspondente e a retirada da respectiva nota de empenho.
- 10.3. A convocação de que trata o item 10.1 deverá ser atendida no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, prorrogável uma única vez, a critério do TST, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 28 do decreto 5.450/2005.
- 10.4. A assinatura do contrato e a entrega da nota de empenho respectiva ficará diretamente condicionada - como solenidade de tratamento recíproco - ao ato formal de assinatura do respectivo contrato, cabendo à empresa, para tanto:
- 10.5. Fazer-se representar por profissional devidamente habilitado a examinar - comparando - a minuta com o instrumento obrigacional definitivo;
- 10.6. Autorizar o seu representante, não havendo divergência entre os documentos cotejados, a firmar em seu nome o referido contrato.
- 10.7. O exame a que alude o item anterior dar-se-á no recinto do Tribunal, podendo ser utilizado todo o tempo necessário à análise e conferência das peças mencionadas, inclusive, se preciso, fora do expediente normal de trabalho.



- 10.8. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.
- 10.9. Para segurança da Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a adjudicatária deverá optar, no montante de 5% do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 10.10. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 10.10.1. seguro garantia;
- 10.10.2. fiança bancária.
- 10.11. A CONTRATADA deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação de que trata o item 10.1, sob pena de ser-lhe imputada multa, conforme item 20.3 do edital.
- 10.12. É de inteira responsabilidade do adjudicatário a renovação da garantia prestada, quando couber, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais com o TST;
- 10.13. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato, a empresa adjudicatária obriga-se a vender os equipamentos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.
- 10.14. É facultado ao TST, quando o proponente vencedor não apresentar situação regular das condições de habilitação no ato da assinatura da ata de registro de preços ou contrato, ou recusar-se a assiná-los ou a retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidas, ou ainda quando rescindir o contrato por inadimplência, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste edital.



- 10.15. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 10.16. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
- 10.17. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 10.18. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

11. Vigência do Contrato e do Registro de Preços

- 11.1. O registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, contados da data de assinatura da respectiva ata.
- 11.2. O prazo de vigência do contrato será da data da sua assinatura até o término do período de garantia indicado pela licitante vencedora, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.
- 11.3. Referido prazo terá início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir-se o primeiro e incluir o último.

12. Fiscalização da Execução Contratual

- 12.1. A execução das obrigações contratuais objeto deste pregão será fiscalizado, conforme o caso, por um servidor ou por uma Comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores do TST, doravante denominada FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, como representante da Administração do TST, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.



- 12.2. À fiscalização compete, entre outras atribuições:
- 12.2.1. Encaminhar à Secretaria Administrativa o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à Contratada.
 - 12.2.2. Solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato.
 - 12.2.3. Acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução, indicando as ocorrências verificadas.
- 12.3. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

13. Condições de Recebimento do Objeto da Licitação

- 13.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93 modificada pela Lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido:
- 13.1.1. **provisoriamente**, imediatamente após efetuado o fornecimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;
 - 13.1.2. **definitivamente**, em até 10 (dez) dias úteis após a instalação da solução.
- 13.2. Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características dos produtos, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.
- 13.2.1. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido nas especificações, obrigando-se a reparar aquela que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Contratante.
- 13.3. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o especificado ou com a proposta, com defeito ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a Contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento, e ficando suspenso o pagamento até que sanada a situação.
- 13.4. As aquisições ocorrerão conforme a ata de registro de preços. A existência dos preços registrados não obriga o TST a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para aquisição pretendida, sendo



assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

- 13.5. Os bens entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a contratada a substituí-los no prazo assinado pela FISCALIZAÇÃO, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de fornecimento como também ser aplicada penalidade.
- 13.6. O aceite provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

14. Condições de Pagamento

- 14.1. Os pagamentos serão efetuados, em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela FISCALIZAÇÃO, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.
- 14.1.1. A Contratada deverá entregar todo o material solicitado através da nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
- 14.1.2. Em caso de material entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo pela fiscalização para que a Contratada substitua o mesmo, que iniciar-se-á a partir da data do Termo de Recusa de Material. A Contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado.
- 14.1.3. Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na Nota de Empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a Contratada fazer a substituição.
- 14.2. A retenção dos tributos federais não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de



Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

- 14.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.
- 14.4. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas previstos neste contrato, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

15. Reajuste dos Preços

- 15.1. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços admitem revisão na forma disciplinada no Decreto 3.931/2001.
- 15.2. Celebrado um contrato, os preços nele consignados serão fixos e irrevogáveis durante toda a sua vigência.

16. Obrigações da Contratada

- 16.1. A Contratada deverá fornecer os produtos em caixa(s) fechada(s) e lacrada(s), contendo a documentação completa de manuais e CD-ROM.
- 16.2. A Contratada deverá prestar suporte de serviços ilimitado “on-site”, por telefone e e-mail em Brasília, e por telefone e e-mail para os TRTs fora de Brasília, durante a vigência da garantia por no mínimo 12 meses.
- 16.3. A Contratada deverá dar garantia não inferior a um mês contra defeitos de fabricação ou decorrentes de impressão, embalagem, armazenagem e transporte dos programas e de sua documentação e, ainda, contra problemas decorrentes de fornecimento equivocado ou incompleto, contada a partir da entrega do produto no TST;



- 16.4. O licitante deverá fazer a instalação e configuração inicial da solução “on-site” em Brasília e remotamente nas outras localidades conforme anexo II;
- 16.5. Cabe aos regionais fornecer acesso remoto aos recursos necessários para instalação da solução pelo licitante.
- 16.6. A Contratada deverá credenciar junto ao TST um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;
- 16.7. Fornecer os bens em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso o fornecimento não seja feita dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
- 16.8. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o TST;
- 16.9. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 16.10. A CONTRATADA não será responsável:
- 16.10.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- 16.10.2. Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste edital e no Contrato a ser assinado com o TST.
- 16.11. O TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

17. Obrigações do TST

- 17.1. O TST, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:
- 17.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do TST.



- 17.1.2. Respeitar o sistema de segurança do TST e fornecer todas as informações solicitadas por ele.
- 17.1.3. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.
- 17.1.4. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

18. Alterações na Ata de Registro de Preços

- 18.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 18.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao TST (órgão gerenciador) promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 18.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o TST (órgão gerenciador) deverá:
 - 18.3.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - 18.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
 - 18.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 18.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o TST (órgão gerenciador) poderá:
 - 18.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
 - 18.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 18.5. Não havendo êxito nas negociações, o TST (órgão gerenciador) deverá proceder à revogação da Ata de Registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



19. Cancelamento do Registro de Preços

- 19.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:
 - 19.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - 19.1.2. Não retirar a respectiva Ordem de Fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 19.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - 19.1.4. Tiver presentes razões de interesse público.
- 19.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 19.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que seja formulado com antecedência de 60(sessenta) dias.

20. Sanções para o Caso de Inadimplemento

- 20.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o TST, as Sanções Administrativas aplicadas ao contratado serão :
 - 20.1.1. Advertência;
 - 20.1.2. Multa;
 - 20.1.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a União;
 - 20.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 20.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa administrativa no percentual de 1% (um por cento) por dia de atraso a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data fixada para entrega do material ou conclusão do serviço, até o percentual máximo de 30% (trinta por cento), caracterizando, neste caso, a



- inexecução total da obrigação, punível com as sanções previstas nos itens III e IV acima.
- 20.3. O descumprimento do prazo de retirada da nota de empenho ou a recusa em aceitá-la implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou da nota de empenho e no impedimento para contratar com o TST por período de até 5 (cinco) anos, a critério da Administração do TST.
- 20.4. As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TST, da garantia contratual ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
- 20.5. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme disposto no artigo 28 do decreto 5450/2005.
- 20.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.7. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação da alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
- 20.7.1. A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada com antecedência mínima de 1 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.
- 20.8. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.



- 20.9. Sempre que não houver prejuízo, as penalidades impostas poderão ser transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo do TST.

21. Generalidades

- 21.1. O CNPJ do TST é 00.509.968/0001-48.
- 21.2. Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.
- 21.3. Ao contratado poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos na Lei 8.666/93.
- 21.4. A Contratada deverá justificar fundamentada, prévia e formalmente qualquer ocorrência que a leve a descumprir os deveres estabelecidos no instrumento convocatório. A aceitação da justificativa ficará a critério do TST.
- 21.5. As **amostras** porventura apresentadas, deverão ser retiradas pelos interessados em até **30 (trinta) dias** após a conclusão do procedimento licitatório (homologação, revogação ou anulação). Decorrido esse prazo, não mais poderão ser reclamadas, reservando-se o TST o direito de **utilizá-las, doá-las** ou simplesmente **descartá-las**.
- 21.6. **Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação do instrumento convocatório.**
- 21.7. Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste Edital poderão ser obtidos junto à Serviço de Licitações e Contratos, exclusivamente através do endereço eletrônico cpl@tst.gov.br.
- 21.8. Esta licitação poderá ser acompanhada através do endereço www.comprasnet.gov.br, local onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

Brasília, 03/03/2006.

Fabiano de Andrade Lima
Pregoeiro



MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 16/2006

No dia DD do mês de MMMM de 2006, no Tribunal Superior do Trabalho, são registrados os preços da(s) empresa(s) abaixo identificada(s), para eventual fornecimento de solução de computação baseada em servidor, conforme descrito no quadro abaixo, resultante do Pregão Eletrônico n.º 16/2006 para Sistema de Registro de Preços. As especificações técnicas constantes no processo administrativo TST n.º 138.738/2005-4, assim como os termos da proposta, integram esta ata de registro de preços, independentemente de transcrição.

O prazo para assinatura do Contrato será de até 2 (dois) dias úteis da data da comunicação ao fornecedor. O presente registro de preços terá a vigência de 1 (um) ano.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA | Quantidade para registro | PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO |
|---|--|--------------------------|---------------------------|
| 1 | SOLUÇÃO DE ACESSO REMOTO VIA TERMINAL GRÁFICO | | |
| Empresa vencedora: CNPJ: Endereço: Telefone: Fax: | | | |
| 2 | LICENÇAS DE ACESSO PARA CLIENTE DO WINDOWS 2003 TERMINAL SERVER (TSCALS) | | |
| Empresa vencedora: CNPJ: Endereço: Telefone: Fax: | | | |

Brasília - DF, XX de XXXX de 2006

Nome do Diretor – Geral
Diretor - Geral de Coordenação Administrativa
Tribunal Superior do Trabalho

Nome do representante (sócio, procurador etc.)
Nome da Empresa vencedora

Nome do Diretor - SRLCA
Diretor do Serviço de Licitações e Contratos
Tribunal Superior do Trabalho



ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBJETO: Aquisição de solução de computação baseada em servidor

ITEM 1

SOLUÇÃO DE ACESSO REMOTO VIA TERMINAL GRÁFICO

Quantidade inicial: 600 licenças

ATRIBUTOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS

| | |
|-----|--|
| 1. | Permitir acesso simultâneo e concorrente de todas as licenças solicitadas |
| 2. | Ser instalado em computadores fornecidos pelo TST ou TRT |
| 3. | Ser compatível com servidores de terminais Windows 2000 Server em Português do Brasil ou Windows Server 2003 Multilanguage |
| 4. | Ser instalado nos mesmos servidores de Windows Terminal Services, sem necessidade de servidores ou plataformas de sistema operacional diferentes das mencionadas anteriormente |
| 5. | Suportar nativamente clientes Windows 95, Windows 98, Windows Me, Windows NT Workstation, Windows 2000 Professional, Windows XP Professional e Linux |
| 6. | Suportar conexões via TCP/IP |
| 7. | Publicar apenas uma aplicação ou todo o <i>desktop</i> do servidor de terminais |
| 8. | Publicar conteúdo como páginas Web, URLs e documentos em geral |
| 9. | Permitir o empacotamento e distribuição de aplicações entre servidores do mesmo grupo |
| 10. | Mapear automaticamente <i>drives</i> e impressoras da estação cliente |
| 11. | Criar grupos de servidores para distribuição de diferentes aplicações entre diferentes servidores |
| 12. | Permitir que os grupos de servidores estejam geograficamente distribuídos |
| 13. | Não possuir limitação quanto ao número de domínios, grupos ou usuários que estarão integrados ao ambiente |
| 14. | Ser compatível com gerenciamento via SNMP, possibilitando integração com soluções de gerenciamento de terceiros |
| 15. | Monitorar e analisar a performance do sistema, com informações sobre percentual de utilização da CPU, memória e utilização da banda de rede |
| 16. | Permitir a monitoração de carga dos servidores em tempo real |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

| | |
|-----|--|
| 17. | Balancear carga para as aplicações e servidores, configurável pelo administrador com parametrização feita, no mínimo, pelos critérios a seguir: consumo de memória, utilização de processador e por sessões abertas |
| 18. | Gerenciar o produto por meio de uma console única |
| 19. | Permitir que os administradores ajustem a performance do sistema, alterando configurações de clientes, configurando limites de recursos nos servidores e limitando as conexões concorrentes |
| 20. | Detectar e criar automaticamente as impressoras para os usuários e disponibilizar <i>driver</i> universal de impressão, de forma a não exigir a instalação de <i>drivers</i> específicos para cada tipo de impressora local no cliente |
| 21. | Prover <i>driver</i> universal de impressão remota a cores com resolução mínima de 600 dpi |
| 22. | Gerenciar, de forma centralizada, as licenças de acesso concorrente do produto |
| 23. | Controlar remotamente as sessões de usuários nos modos “1 para 1”, “1 para n” ou “n para n”, ou seja, um administrador controlando a sessão de um ou mais usuários simultaneamente, bem como vários usuários autorizados controlando as sessões de outros usuários |
| 24. | Tarifar o uso do servidor de terminais por usuário |
| 25. | Controlar licenças das aplicações a serem disponibilizadas para os usuários, de forma a impedir o acesso simultâneo a um número superior ao previamente determinado pelo administrador |
| 26. | Suportar diferentes fusos horários para clientes remotos, com possibilidade de se utilizar o fuso horário da estação, e não o do servidor de terminais |
| 27. | Recurso de colaboração pelo qual diferentes usuários possam acessar simultaneamente a mesma sessão remota de uma aplicação e colaborar com conteúdo para ela |
| 28. | Gerenciamento de utilização de CPU de tal maneira que o administrador possa garantir o funcionamento do servidor mesmo em condições de pico ou mal uso de recursos de CPU, pelas aplicações |
| 29. | Deverá possuir sistema de otimização de uso de memória virtual por meio de otimização de carga de DLLs |
| 30. | Possuir políticas de otimização de mapeamento de drives das estações de trabalho em links de WAN que possam melhorar a performance da cópia de arquivos em ambas as direções, da abertura e fechamento de arquivos e listagem de diretórios |
| 31. | Permitir que o usuário possa continuar o seu trabalho, exatamente no ponto onde parou, caso ele precise mudar de estação de trabalho ou abrir a sessão em um outro tipo de equipamento (por exemplo, “ <i>handheld</i> ”) |
| 32. | Suportar aplicações que possuam interação de voz e áudio bidirecional com o uso de microfones |
| 33. | Possibilitar <i>streaming</i> de vídeo, <i>flash</i> e aceleração de imagens usando o protocolo nativo da solução |
| 34. | Eco local do teclado, com retorno (<i>feedback</i>) instantâneo para o usuário, para os casos de dados enviados por uma conexão lenta ou de alta latência |
| 35. | Realizar a atualização automática de clientes nas estações de trabalho |



| | |
|-----|--|
| 36. | Permitir que os administradores configurem o método de autenticação automatizado |
| 37. | Suporte a <i>smartcards</i> e <i>tokens</i> com usuários móveis, de tal forma que o <i>logon</i> e <i>logoff</i> de uma sessão seja feito automaticamente com a inserção e retirada desse dispositivo de estações de trabalho ou terminais dotados com essa funcionalidade |
| 38. | A autenticação citada no item anterior deve ser compatível com certificados digitais emitidos por autoridades certificadoras que integram a ICP-Brasil |
| 39. | Realizar criptografia de 128 bits simétrica e através de SSL entre cliente e servidor |
| 40. | Mapear automaticamente dispositivos USB conectados ao cliente remoto na sessão do usuário |
| 41. | Os <i>softwares</i> a serem fornecidos deverão compreender, necessariamente, produtos oficialmente lançados no mercado por seus fabricantes, ou seja, versões caracterizadas como comerciais, não sendo admitidas quaisquer versões de testes (versão beta) |
| 42. | Permitir a utilização simultânea, se necessário, de todas as características descritas neste anexo |

ITEM 2

LICENÇAS DE ACESSO PARA CLIENTE (CALs) DO TERMINAL SERVER DO WINDOWS 2003 SERVER

Quantidade inicial: 600 licenças



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO II – LOCAIS DE ENTREGA

| TRT | ENDEREÇO |
|------------|---|
| 1ª - RJ | Av. Pres. Antônio Carlos, 251 - CEP 20020-010 – Rio de Janeiro/RJ - PABX (21) 2212 9339 |
| 2ª - SP | Rua da Consolação, 1.272 – CEP 01302-906 – São Paulo – SP - PABX (11) 3255 4111 |
| 3ª - MG | Av. Getúlio Vargas, 225 - CEP 30112-900 – Belo Horizonte/MG - PABX (31) 228 7000 |
| 4ª - RS | Av. Praia de Belas, 1.100 - CEP 90110-000 – Porto Alegre/RS PABX (51) 3233 3311 |
| 5ª - BA | Rua Bela Vista do Cabral, 26/32 Salvador-BA - CEP: 40055-000 - (71) 319 7777 |
| 6ª - PE | Rua Av. Martin Luther King, 739 - Cais do Apolo - CEP 50030 - 902 - Recife/PE PABX (81) 3424 5955 |
| 7ª - CE | Av. Santos Dumont, 3.384 - CEP 60150-163 - Fortaleza/CE PABX (85) 266 9300 |
| 8ª - PA | Travessa D. Pedro I, 746 - CEP: 66050-100 - Belém/PA PABX (91) 242 7622 |
| 9ª - PR | Rua Vicente Machado, 147 - CEP 80420-010 - Curitiba /PR PABX (41) 310 7000 |
| 10ª - DF | Av. W 3 Norte - Q. 513 L. 2 e 3 - CEP 70760 -900 - Brasília /DF PABX (61) 348 1100 |
| 11ª - AM | R. Visconde de Porto Alegre, 1.265 CEP69020-130 Manaus /AM PABX (92) 621 7200 |
| 12ª - SC | Rua Esteves Júnior, 395 - CEP 88015-530 - Florianópolis / SC PABX (48) 216 4000 |
| 13ª - PB | Av. Corálio Soares de Oliveira, s/n CEP 58013-260 – João Pessoa – PB PABX (83) 214 6000 |
| 14ª - RO | Rua Almirante Barroso, 600 CEP: 78916-020 - Porto Velho / RO PABX (69) 224 1012 |
| 15ª - Camp | Rua Conceição, 150 CEP:13010-050 - Campinas/ SP PABX (19) 3232 7955 |
| 16ª - MA | Av. Senador Vitorino Freire, 2.001 CEP 65010-650 São Luís / MA PABX (98) 218 9300 |
| 17ª - ES | Rua Pietrângelo de Biase, 33 - CEP 29010-190 - Vitória /ES PABX (27)3321 2400 |
| 18ª - GO | Rua T29, nº 1043 Setor Bueno, Goiânia-GO - CEP: 74215-050 - (62) 254 3344 Expediente: 8 – 18 |
| 19ª AL | Av. da Paz, 2076 Centro, Maceió-AL - CEP: 57020-440 - (82) 216 8299 |
| 20ª SE | Av. Rio Branco,168 Centro, Aracaju-SE - CEP: 49010-030 - (79) 211 6126 |
| 21ª RN | Av. Capitão-Mor Gouveia, 1.738 - CEP 59063-400 - Natal/RN - PABX (84) 209 3000 |
| 22ª PI | Rua 24 de Janeiro, 181 - CEP 64000-230 – Teresina/PI - PABX (86) 221 9595 |
| 23ª MT | Av. Fernando Corrêa da Costa, 1682, Jardim Tropical, Cuiabá-MT - CEP: 78.065-000 (65) 318 4100 |
| 24ª MS | Rua Jornalista Belizário Lima, 418, Vila Glória – Campo Grande-MS - CEP: 79004-270 – (67) 721 1771 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO



**CONTRATO PE - 016/2006 – AQUISIÇÃO
DE SOLUÇÃO DE COMPUTAÇÃO
BASEADA EM SERVIDOR - (PROCESSO
TST Nº 138.738/2005-4).**

CONTRATANTE: **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.509.968/0001-48, sediado no Setor de Administração Federal Sul, Qd. 08, Lote 01, Brasília, DF, CEP 70070-600, telefone geral (61) 3314-4300, doravante denominado simplesmente Contratante, neste ato representado pelo Diretor-Geral de Coordenação Administrativa, **GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO**.

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com sede no, Brasília, DF, CEP....., telefone (61), fax (61), doravante denominada simplesmente Contratada, neste ato representada pelo

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

O presente contrato fundamenta-se:

- I - no Pregão Eletrônico n.º 016/2006, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e os Decretos n.ºs 3.931/2001 e 5.450/2005;
- II - nos termos propostos pela Contratada que, simultaneamente:
 - a) constem no Processo Administrativo TST n.º 138.738/2005-4;
 - b) não contrariem o interesse público;
- III - nas determinações das Leis n.ºs 8.666/93, 8.078/90 e 9.784/99;
- IV - nos preceitos de direito público;
- V - supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a aquisição de solução de computação baseada em servidor, conforme tabela abaixo, respeitando as características detalhadas, termos e condições que constam neste instrumento e nas especificações técnicas em anexo, como também o disposto no edital.



| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | Unidade | Quantidade |
|------|---|---------|------------|
| 1 | Solução de acesso remoto via terminal gráfico | Un | |
| 2 | Licenças de acesso para cliente do <i>Windows 2003 Terminal Server</i> (TSCALS) | Un | |

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor total deste contrato é R\$ (.....).

Subcláusula primeira. O preço unitário do item I é R\$ (.....).

Subcláusula segunda. O preço unitário do item II é R\$ (.....).

Subcláusula terceira. Já estão incluídas no preço total todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão-de-obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, especialmente as referentes à configuração e ativação dos bens, assim como as de suporte de serviços durante o período da garantia.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização, efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

Subcláusula primeira. A Contratada deverá entregar todo o material solicitado na nota de empenho, portanto não haverá pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

Subcláusula segunda. Em caso de material entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo pela fiscalização para que a Contratada o substitua, que se iniciará a partir da data do Termo de Recusa de Material; a Contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado.

Subcláusula terceira. Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na nota de empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento, caso em que será estabelecido um prazo de 1 (um) a 3 (três) dias úteis para a Contratada fazer a substituição.

Subcláusula quarta. A retenção dos tributos federais não será efetuada caso a Contratada apresente, junto com sua nota fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.



Subcláusula quinta. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas previstos neste contrato, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

Subcláusula sexta. A Contratada deverá apresentar atualizados, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- I - Certidão Negativa de Débitos para com o INSS (CND), na forma exigida pela Constituição Federal, art. 195, § 3º;
- II - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- III - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal;
- IV - Certidão quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os preços serão fixos e irredutíveis, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Contratante, programa de trabalho, elemento de despesa, nota de empenho, emitida em

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência a partir da data de sua assinatura até o término do período da garantia do objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DO OBJETO

A garantia dos produtos objeto deste contrato é de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo.

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, mediante recibo, o objeto deste contrato será recebido:



- I - **provisoriamente**, imediatamente após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações e com a proposta;
- II - **definitivamente**, em até 10 (dez) dias úteis após a instalação da solução.

Subcláusula primeira. Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características dos produtos para identificar eventuais problemas; se houver conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.

Subcláusula segunda. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido nas especificações, obrigando-se a reparar aquela que apresentar defeito, no prazo estabelecido pelo Contratante.

Subcláusula terceira. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o produto foi entregue em desacordo com o especificado ou com a proposta, com defeito ou incompleto, após notificação por escrito à Contratada pela Fiscalização, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

Subcláusula quarta. Os bens entregues em desacordo com o especificado neste contrato, no edital ou na proposta da Contratada serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a Contratada a substituí-los no prazo assinado pela Fiscalização, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo de fornecimento como também de ser-lhe aplicada penalidade.

Subcláusula quinta. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

CLÁUSULA DEZ - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução das obrigações contratuais será fiscalizada por um servidor ou por uma Comissão composta de, no mínimo, 3 (três) servidores do Contratante, doravante denominada Fiscalização, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e controle da execução contratual.

Subcláusula primeira. À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

- I - solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- II - verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;



- III - acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução dos serviços, indicando as ocorrências verificadas;
- IV - encaminhar à Secretaria Administrativa os documentos que relacionem as ocorrências que impliquem multas a serem aplicadas à Contratada.

Subcláusula segunda. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA ONZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a Contratada a envidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:

- I - prestar suporte de serviços ilimitado *on site*, por telefone e *e-mail* em Brasília, e por telefone e *e-mail* para os TRTs fora de Brasília, durante a vigência da garantia, por, no mínimo, 12 (doze) meses;
- II - dar garantia não inferior a 1 (um) mês contra defeitos de fabricação ou decorrentes de impressão, embalagem, armazenagem e transporte dos programas e de sua documentação e, ainda, contra problemas decorrentes de fornecimento equivocado ou incompleto, contada a partir da entrega do produto ao Contratante;
- III - fazer a instalação e configuração inicial da solução *on site* em Brasília e remotamente nas outras localidades, conforme anexo II;
- IV - fornecer os produtos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato;
- V - fornecer os produtos em caixa(s) fechada(s) e lacrada(s), que contenham a documentação completa de manuais e CD-ROM;
- VI - credenciar junto ao Contratante um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;
- VII - responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles para com o Contratante;
- VIII - responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa,



sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

- IX - acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe forem impostas pelas autoridades;
- X - outras obrigações constantes no caderno de especificações anexo e no edital.

Subcláusula primeira. Caberá aos Regionais fornecer acesso remoto aos recursos necessários para instalação da solução pela Contratada.

Subcláusula segunda. A Contratada não será responsável:

- I - por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior;
- II - por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste contrato ou no edital.

Subcláusula terceira. O Contratante não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA DOZE - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Contratante, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:

- I - proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações pactuadas, inclusive permitir o livre acesso dos técnicos da Contratada às dependências relacionadas à execução dos serviços;
- II - promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal;
- III - fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

Subcláusula única. Após a assinatura do contrato, o Contratante designará, formalmente, servidor ou comissão de servidores para exercerem acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da cláusula onze.

CLÁUSULA TREZE – DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA

No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o Contratante, poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas à Contratada:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a União;



IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Subcláusula primeira. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa administrativa de 1% (um por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data fixada para entrega do material ou conclusão do serviço, até o percentual máximo de 30% (trinta por cento), caracterizando, neste caso, a inexecução total da obrigação, punível com as sanções previstas nos itens III e IV do *caput* desta cláusula.

Subcláusula segunda. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia contratual ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

Subcláusula terceira. Aquele que ensejar o retardamento da execução do objeto contratual, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e no edital e das demais cominações legais, conforme disposto no artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005.

Subcláusula quarta. Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

Subcláusula quinta. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei.

Subcláusula sexta. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

Subcláusula sétima. A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada com antecedência mínima de 1 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

CLÁUSULA QUATORZE - DA GARANTIA DO CONTRATO

Para segurança do Contratante quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a Contratada deverá optar, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:



- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II - seguro-garantia;
- III - fiança bancária.

Subcláusula primeira. A Contratada deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação para assinatura do contrato, sob pena de ser-lhe imputada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

Subcláusula segunda. É de inteira responsabilidade da Contratada a renovação da garantia prestada, quando couber, cuja liberação estará condicionada ao término das obrigações contratuais.

CLÁUSULA QUINZE - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A Contratada declara, no ato de celebração do presente contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei nº 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DEZOITO - DA RESCISÃO

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DEZENOVE - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE

A Contratada não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome do Contratante ou sua qualidade de Contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo,



em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente contrato.

Subcláusula única. A Contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do Contratante à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA VINTE - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

Tal como prescrito na lei, o Contratante e a Contratada não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

CLÁUSULA VINTE E UM - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira. Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão, dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas "Disposições Finais".

Subcláusula terceira. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

Subcláusula quinta. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VINTE E DOIS - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Brasília, DF, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Brasília, de de 2006.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBJETO: Aquisição de solução de computação baseada em servidor

ITEM 1

SOLUÇÃO DE ACESSO REMOTO VIA TERMINAL GRÁFICO

Quantidade: XXX licenças

ATRIBUTOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS

| | |
|-----|--|
| 1. | Permitir acesso simultâneo e concorrente de todas as licenças solicitadas |
| 2. | Ser instalado em computadores fornecidos pelo TST ou TRT |
| 3. | Ser compatível com servidores de terminais Windows 2000 Server em Português do Brasil ou Windows Server 2003 Multilanguage |
| 4. | Ser instalado nos mesmos servidores de Windows Terminal Services, sem necessidade de servidores ou plataformas de sistema operacional diferentes das mencionadas anteriormente |
| 5. | Suportar nativamente clientes Windows 95, Windows 98, Windows Me, Windows NT Workstation, Windows 2000 Professional, Windows XP Professional e Linux |
| 6. | Suportar conexões via TCP/IP |
| 7. | Publicar apenas uma aplicação ou todo o <i>desktop</i> do servidor de terminais |
| 8. | Publicar conteúdo como páginas Web, URLs e documentos em geral |
| 9. | Permitir o empacotamento e distribuição de aplicações entre servidores do mesmo grupo |
| 10. | Mapear automaticamente <i>drives</i> e impressoras da estação cliente |
| 11. | Criar grupos de servidores para distribuição de diferentes aplicações entre diferentes servidores |
| 12. | Permitir que os grupos de servidores estejam geograficamente distribuídos |
| 13. | Não possuir limitação quanto ao número de domínios, grupos ou usuários que estarão integrados ao ambiente |



| | |
|-----|--|
| 14. | Ser compatível com gerenciamento via SNMP, possibilitando integração com soluções de gerenciamento de terceiros |
| 15. | Monitorar e analisar a performance do sistema, com informações sobre percentual de utilização da CPU, memória e utilização da banda de rede |
| 16. | Permitir a monitoração de carga dos servidores em tempo real |
| 17. | Balancear carga para as aplicações e servidores, configurável pelo administrador com parametrização feita, no mínimo, pelos critérios a seguir: consumo de memória, utilização de processador e por sessões abertas |
| 18. | Gerenciar o produto por meio de uma console única |
| 19. | Permitir que os administradores ajustem a performance do sistema, alterando configurações de clientes, configurando limites de recursos nos servidores e limitando as conexões concorrentes |
| 20. | Detectar e criar automaticamente as impressoras para os usuários e disponibilizar <i>driver</i> universal de impressão, de forma a não exigir a instalação de <i>drivers</i> específicos para cada tipo de impressora local no cliente |
| 21. | Prover <i>driver</i> universal de impressão remota a cores com resolução mínima de 600 dpi |
| 22. | Gerenciar, de forma centralizada, as licenças de acesso concorrente do produto |
| 23. | Controlar remotamente as sessões de usuários nos modos “1 para 1”, “1 para n” ou “n para n”, ou seja, um administrador controlando a sessão de um ou mais usuários simultaneamente, bem como vários usuários autorizados controlando as sessões de outros usuários |
| 24. | Tarifar o uso do servidor de terminais por usuário |
| 25. | Controlar licenças das aplicações a serem disponibilizadas para os usuários, de forma a impedir o acesso simultâneo a um número superior ao previamente determinado pelo administrador |
| 26. | Suportar diferentes fusos horários para clientes remotos, com possibilidade de se utilizar o fuso horário da estação, e não o do servidor de terminais |
| 27. | Recurso de colaboração pelo qual diferentes usuários possam acessar simultaneamente a mesma sessão remota de uma aplicação e colaborar com conteúdo para ela |
| 28. | Gerenciamento de utilização de CPU de tal maneira que o administrador possa garantir o funcionamento do servidor mesmo em condições de pico ou mal uso de recursos de CPU, pelas aplicações |
| 29. | Deverá possuir sistema de otimização de uso de memória virtual por meio de otimização de carga de DLLs |
| 30. | Possuir políticas de otimização de mapeamento de drives das estações de trabalho em links de WAN que possam melhorar a performance da cópia de arquivos em ambas as direções, da abertura e fechamento de arquivos e listagem de diretórios |
| 31. | Permitir que o usuário possa continuar o seu trabalho, exatamente no ponto onde parou, caso ele precise mudar de estação de trabalho ou abrir a sessão em um outro tipo de equipamento (por exemplo, <i>handheld</i>) |
| 32. | Suportar aplicações que possuam interação de voz e áudio bidirecional com o uso de microfones |



| | |
|-----|--|
| 33. | Possibilitar <i>streaming</i> de vídeo, <i>flash</i> e aceleração de imagens usando o protocolo nativo da solução |
| 34. | Eco local do teclado, com retorno (<i>feedback</i>) instantâneo para o usuário, para os casos de dados enviados por uma conexão lenta ou de alta latência |
| 35. | Realizar a atualização automática de clientes nas estações de trabalho |
| 36. | Permitir que os administradores configurem o método de autenticação automatizado |
| 37. | Suporte a <i>smartcards</i> e <i>tokens</i> com usuários móveis, de tal forma que o <i>logon</i> e <i>logoff</i> de uma sessão seja feito automaticamente com a inserção e retirada desse dispositivo de estações de trabalho ou terminais dotados com essa funcionalidade |
| 38. | A autenticação citada no item anterior deve ser compatível com certificados digitais emitidos por autoridades certificadoras que integram a ICP-Brasil |
| 39. | Realizar criptografia de 128 bits simétrica e através de SSL entre cliente e servidor |
| 40. | Mapear automaticamente dispositivos USB conectados ao cliente remoto na sessão do usuário |
| 41. | Os <i>softwares</i> a serem fornecidos deverão compreender, necessariamente, produtos oficialmente lançados no mercado por seus fabricantes, ou seja, versões caracterizadas como comerciais, não sendo admitidas quaisquer versões de testes (versão beta) |
| 42. | Permitir a utilização simultânea, se necessário, de todas as características descritas neste anexo |

ITEM 2

LICENÇAS DE ACESSO PARA CLIENTE (CALs) DO *TERMINAL SERVER* DO *WINDOWS 2003 SERVER*

Quantidade: XXX licenças



ANEXO II – LOCAIS DE ENTREGA

| TRT | ENDEREÇO |
|---------------------------|--|
| 1ª - RJ | Av. Pres. Antônio Carlos, 251 - CEP 20020-010 – Rio de Janeiro/RJ - PABX (21) 2212 9339 |
| 2ª - SP | Rua da Consolação, 1.272 – CEP 01302-906 – São Paulo – SP - PABX (11) 3255 4111 |
| 3ª - MG | Av. Getúlio Vargas, 225 - CEP 30112-900 – Belo Horizonte/MG - PABX (31) 228 7000 |
| 4ª - RS | Av. Praia de Belas, 1.100 - CEP 90110-000 – Porto Alegre/RS PABX (51) 3233 3311 |
| 5ª - BA | Rua Bela Vista do Cabral, 26/32 Salvador-BA - CEP: 40055-000 - (71) 319 7777 |
| 6ª - PE | Rua Av. Martin Luther King, 739 - Cais do Apolo - CEP 50030 - 902 - Recife/PE PABX (81) 3424 5955 |
| 7ª - CE | Av. Santos Dumont, 3.384 - CEP 60150-163 - Fortaleza/CE PABX (85) 266 9300 |
| 8ª - PA | Travessa D. Pedro I, 746 - CEP: 66050-100 - Belém/PA PABX (91) 242 7622 |
| 9ª - PR | Rua Vicente Machado, 147 - CEP 80420-010 - Curitiba /PR PABX (41) 310 7000 |
| 10ª - DF | Av. W 3 Norte - Q. 513 L. 2 e 3 - CEP 70760 -900 - Brasília /DF PABX (61) 348 1100 |
| 11ª - AM | R. Visconde de Porto Alegre, 1.265 CEP69020-130 Manaus /AM PABX (92) 621 7200 |
| 12ª - SC | Rua Esteves Júnior, 395 - CEP 88015-530 - Florianópolis / SC PABX (48) 216 4000 |
| 13ª - PB | Av. Corálio Soares de Oliveira, s/n CEP 58013-260 – João Pessoa – PB PABX (83) 214 6000 |
| 14ª - RO | Rua Almirante Barroso, 600 CEP: 78916-020 - Porto Velho / RO PABX (69) 224 1012 |
| 15ª - Campinas (SP) | Rua Conceição, 150 CEP:13010-050 - Campinas/ SP PABX (19) 3232 7955 |
| 16ª - MA | Av. Senador Vitorino Freire, 2.001 CEP 65010-650 São Luís / MA PABX (98) 218 9300 |
| 17ª - ES | Rua Pietrângelo de Biase, 33 - CEP 29010-190 - Vitória /ES PABX (27)3321 2400 |
| 18ª - GO | Rua T29, nº 1043 Setor Bueno, Goiânia-GO - CEP: 74215-050 - (62) 254 3344 Expediente: 8 – 18 |
| 19ª AL | Av. da Paz, 2076 Centro, Maceió-AL - CEP: 57020-440 - (82) 216 8299 |
| 20ª SE | Av. Rio Branco,168 Centro, Aracaju-SE - CEP: 49010-030 - (79) 211 6126 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

14

| | |
|--------|--|
| | |
| 21ª RN | Av. Capitão-Mor Gouveia, 1.738 - CEP 59063-400 - Natal/RN - PABX (84) 209 3000 |
| 22ª PI | Rua 24 de Janeiro, 181 - CEP 64000-230 – Teresina/PI - PABX (86) 221 9595 |
| 23ª MT | Av. Fernando Corrêa da Costa, 1682, Jardim Tropical, Cuiabá-MT - CEP: 78.065-000 (65) 318 4100 |
| 24ª MS | Rua Jornalista Belizário Lima, 418, Vila Glória – Campo Grande-MS - CEP: 79004-270 – (67) 721 1771 |